



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
DO DISTRITO FEDERAL**

**PERÍODO 2012-2014
(11ª REVISÃO)**

**LEI Nº 9.496, DE 11/09/97
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 68/99
CONTRATO Nº 003/99 STN/COAFI, DE 29/07/99
ENTRE A UNIÃO E O DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA -DF, 20 DE DEZEMBRO DE 2012

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

APRESENTAÇÃO

1. Este documento apresenta a 11ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Distrito Federal (DF), parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 003/99 STN/COAFI (Contrato), de 29 de julho de 1999, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 68/99. O Programa dá cumprimento ao disposto na cláusula décima quinta do referido Contrato. Consoante o caráter rotativo do Programa, a presente revisão contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2012 a 2014.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Distrito Federal; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Distrito Federal; na seção 3 são apresentados metas e compromissos estabelecidos pelo Distrito Federal em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e, quando necessário, ações; na seção 4 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas e compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
 - Anexo I – Planilha Gerencial;
 - Anexo II – Demonstrativo da Receita e da Despesa;
 - Anexo III – Demonstrativo da Receita Líquida Real;
 - Anexo IV – Demonstrativo da Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
 - Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais;
 - Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Distrito Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
 - Avaliação da STN sobre a Situação Financeira do Distrito Federal.



1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO DISTRITO FEDERAL

4. O resultado primário de 2011 apresentou o montante de R\$ 54 milhões, sustentando a tendência de resultado primário positivo iniciada em 2010 (R\$130 milhões). Esta situação demonstra o compromisso do Distrito Federal com a solvência da sua dívida, visto que o superávit apresentado foi superior à meta programada (R\$ 405 milhões negativos).
5. Ressalte-se, ainda, que o resultado primário foi superior em R\$ 460 milhões à meta projetada em decorrência, principalmente, do controle exercido sobre as despesas de custeio da administração no decorrer do ano de 2011.
6. A soma do resultado primário com as fontes de financiamento permitiu que o DF incorresse na suficiência financeira de R\$ 200 milhões. Em 2010, havia obtido suficiência financeira de R\$ 450 milhões. Já em 2009, apresentou insuficiência financeira de R\$ 330 milhões.
7. Observa-se, ainda, que pelo quarto ano consecutivo desde a assinatura do Programa, os juros líquidos (diferença entre a receita financeira e o pagamento dos juros da dívida) apresentaram-se negativos, com resultado de R\$ 107 milhões em 2011.
8. A receita bruta do DF alcançou em 2011 o montante de R\$ 12,1 bilhões (R\$ 9,8 bilhões em 2009 e R\$ 10,7 bilhões em 2010), apresentando acréscimo real de 3,93% em relação à do ano anterior, desconsideradas as receitas previdenciárias.
9. As receitas próprias do DF atingiram o montante de R\$ 8.649 milhões, ao final do exercício de 2011 (R\$ 7.014 milhões em 2009 e R\$ 7.819 milhões em 2010), superando em R\$ 830 milhões as receitas arrecadadas no ano anterior, com crescimento real de 1,93%. Dentro deste valor destaca-se a receita de origem tributária, que totalizaram R\$ 7,6 bilhões, apresentando crescimento real de 2,6% em comparação ao ano de 2010.
10. Em 2011, as receitas próprias não tributárias mantiveram participação de 12% no grupo das receitas próprias arrecadadas no Distrito Federal, apresentando incremento nominal de 5,7%, em relação ao exercício anterior. O crescimento das receitas não tributárias em 2010 comparativamente a 2009 foi de 7%.
11. Quanto às receitas de transferências, houve aumento de R\$ 539 milhões em relação a 2010, atingindo o montante de R\$ 3.423 milhões em 2011. Em termos reais, esse aumento foi de 9,36% em relação aos valores do exercício de 2010, sendo R\$ 381 milhões nas transferências correntes e R\$ 158 milhões nas transferências de capital.
12. As receitas de operações de crédito somaram R\$ 153 milhões em 2011 (R\$ 275 milhões em 2009 e R\$ 292 milhões em 2010) e a receita de alienação de bens R\$ 28 milhões (R\$ 37 milhões em 2009 e R\$ 67 milhões em 2010).
13. As despesas não financeiras totalizaram R\$ 12 bilhões em 2011, superando as do ano anterior em R\$ 1,4 bilhão, o que exprime um aumento real de 3,91%. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao acréscimo das despesas com pessoal e encargos em R\$ 1,1 bilhão, bem como ao aumento de R\$ 289 milhões em outras despesas correntes. Já os investimentos apresentaram queda de R\$ 69 milhões em relação ao ano de 2010. Em 2009, as despesas não financeiras totalizaram R\$ 10,4 bilhões, montante R\$ 153 milhões menor que o apresentado em 2010 (R\$ 10,6 bilhões).
14. Mesmo com um aumento em relação ao exercício anterior, as despesas de pessoal se mantiveram inferiores ao limite previsto de 60,00% da Receita Corrente Líquida, tendo atingido 53,06% desta última. Ressalte-se que os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), bem como suas correspondentes despesas, não fazem parte do Programa. Em 2011, foram repassados ao FCDF R\$ 8.748 milhões para a organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar, e assistência financeira à Saúde e Educação.

15. As despesas de investimentos apresentaram variação negativa no período (R\$ 908 milhões em 2011 e R\$ 977 milhões em 2010). Do total investido em 2011, as despesas efetuadas com fontes de recursos contratados por operações de crédito apresentaram o montante de R\$ 128 milhões, contra R\$ 303 milhões de 2010 e R\$ 226 milhões em 2009. As inversões financeiras alcançaram R\$ 193 milhões no exercício, R\$ 74 milhões maiores que no ano de 2010.
16. Desde 2009 o DF passou a capitalizar recursos para promover as futuras aposentadorias e pensões a partir da segregação da massa de servidores, de forma que os benefícios daqueles admitidos a partir de 01/01/07 não mais dependam dos recursos do tesouro distrital, haja vista a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF.
17. No exercício de 2011, a relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real foi de 0,24 (0,25 em 2009 e 0,24 em 2010). A manutenção desta relação ocorreu mesmo com o acréscimo nos estoques da Dívida Interna e Externa, haja vista o crescimento da Receita Líquida Real do DF no exercício, aliado à regularidade das amortizações do saldo devedor pelo DF.
18. Um dos motivos do aumento da dívida em 2011 foi a variação dos indexadores e da moeda contratual, ocasionando uma atualização do saldo devedor pela correção monetária e cambial de cada contrato. Neste sentido, o crescimento da dívida interna está diretamente relacionado à elevação do IGP-DI no decorrer do ano (4,9972%). Este indexador é utilizado na atualização do contrato de refinanciamento com a União (Lei nº 9.496/97), que tem grande representatividade no estoque desta dívida (45,22% do total da dívida).
19. Outro motivo que ocasionou o aumento da dívida diz respeito ao volume de liberações ocorridas em 2011. Quanto ao credor Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, o aumento no estoque foi devido aos desembolsos de um dos contratos que ainda está em fase de liberação, no total de R\$ 83,5 milhões. Já os contratos vinculados à Caixa Econômica Federal – CAIXA sofreram pouca variação devido à baixa variação da Unidade Padrão de Referência-UPR e também ao pequeno volume de desembolsos, que totalizaram R\$ 26,4 milhões. No caso da Dívida Externa, ocorreram liberações no contrato do Programa Transporte Urbano no valor de R\$ 2,4 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; nos contratos dos Programa de Saneamento Ambiental no valor de R\$ 14,5 milhões e Programa de Modernização da gestão pública do DF (SWAPP) no valor de R\$ 24,8 milhões, pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; e no Programa de Gestão das águas e Drenagem Urbana no valor de R\$ 1,6 milhão, pela Corporação Andina de Fomento – CAF.
20. Por fim, cabe ressaltar que no ano de 2011 foram assinados 3 novos contratos junto à CAIXA referentes à Modernização da Secretaria de Estado de Fazenda, à Implantação do Trecho 1 - Aeroporto Internacional de Brasília / Terminal Asa Sul – VLT e à Ampliação da DF 047 e Obra de Arte Especial – Acesso ao Aeroporto Brasília.
21. Dentre as medidas voltadas para a implementação de políticas públicas destacam-se os esforços do Governo do Distrito Federal na contratação de Parcerias Público-Privadas. Mesmo com algumas parcerias já em andamento, o DF encontra-se dentro do limite de 3% de despesas com PPP sobre a Receita Corrente Líquida. Esse limite vem sendo também observado nas projeções para contratação de novas PPPs.

2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

22. O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Distrito Federal com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Distrito Federal em bases permanentes. Assim, enquanto vigorar o contrato, o ajuste fiscal terá como fundamento a estratégia do Distrito Federal voltada à obtenção de resultados primários suficientes para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, possibilitar cobertura do serviço da dívida sem acúmulo de atrasos / deficiências.
23. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Distrito Federal são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Distrito Federal dará sequência ao Programa iniciado em 1998 por meio do cumprimento das metas ou compromissos e da implementação das ações, definidos na seção 3 deste documento.



3. METAS OU COMPROMISSOS

META 1 ⇒ RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA // RECEITA LÍQUIDA REAL

24. A meta 1 do Programa, que resulta dos termos acertados com a União, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é a manutenção da dívida financeira total do Distrito Federal (D) em valor não superior ao de sua receita líquida real (RLR) anual, enquanto o Distrito Federal não liquidar o referido refinanciamento.
25. Os índices referentes à relação D/RLR são apresentados no Anexo IV da seguinte forma: o inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Distrito Federal, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2011; o superior considera também os valores correspondentes ao ingresso das receitas de operações de crédito a contratar referidas no Anexo V e os efeitos financeiros delas decorrentes. A consideração de operações de crédito a contratar no índice superior **não significa anuência prévia da STN**, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

META 2 ⇒ RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES		
2012	2013	2014
(457)	(1.038)	(1.454)

26. A meta 2 do Programa é a obtenção de resultados primários, conforme acima especificados. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Distrito Federal se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Distrito Federal se compromete a não gerar atrasos / deficiências em cada exercício do triênio.

META 3 ⇒ DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

DESPESAS COM PESSOAL // RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM %		
2012	2013	2014
60,00	60,00	60,00

27. A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60,00% da receita corrente líquida (RCL), fontes tesouro, segundo os conceitos expressos no TET. Conforme o Anexo I, as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 53,72%, 53,28% e 53,29% em 2012, 2013 e 2014, respectivamente.
28. Caso esses percentuais sejam ultrapassados, mesmo que inferiores a 60,00% da RCL, o Distrito Federal buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

29. Para efeito de cálculos desses indicadores, foram desconsideradas as previsões de despesas custeadas com o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).
30. Com vistas à observância dos valores programados das despesas com pessoal nos próximos três anos, o Distrito Federal publicou o Decreto nº 33.550, de 29/02/2012, que versa sobre medidas para contenção dos gastos com pessoal no âmbito do Governo do Distrito Federal. Além disso, a Política de Gestão de Pessoas do Distrito Federal para o triênio 2012-2014 desenvolverá como prioridade a consecução de cinco principais projetos:
- implantação de Novo Sistema Informatizado de Gestão de Pessoas;
 - diagnóstico das Carreiras do GDF;
 - implantação do Sistema de Gestão de Pessoas;
 - controle da Qualidade dos Gastos com Pessoal; e
 - regulamentação da Lei Complementar nº 840/2011 (Regime Jurídico).

META 4 ⇒ RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES		
2012	2013	2014
9.426	10.857	11.534

31. A meta 4 do Programa é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções distritais para as receitas discriminadas no TET.
32. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Distrito Federal deverá:
- fortalecer a fiscalização do ISS por meio do aumento do efetivo de pessoal e capacitação;
 - ampliar o universo de contribuintes sujeitos à substituição tributária do ISS;
 - aprimorar os critérios de transferências de créditos entre contribuintes do ICMS;
 - aderir ao sistema de Reconhecimento e Controle das Operações com Papel Imune – RECOPI;
 - realocar os postos fiscais nas rodovias BR 040 e BR 060;
 - modernizar a sistemática de transmissão de dados com os postos fiscais;
 - implementar o conhecimento de transporte eletrônico;
 - realizar parceria com a Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para monitoramento do trânsito de veículos de carga por meio de sistema de câmeras com OCR;
 - promover parceria com a Receita Federal do Brasil e com os Cartórios para atualização do cadastro de imóveis da Secretaria de Distrito Federal de Fazenda;
 - cobrar o ITCD com base em dados das declarações do Imposto de Renda disponibilizados pela Receita Federal do Brasil;
 - realizar parceria com entidades gestoras de cadastros de inadimplentes para inclusão de devedores junto à fazenda pública do Distrito Federal;
 - aperfeiçoar o Programa Nota Legal;

- implantar nova rotina de cobrança da diferença de valores devidos declarados e os pagamentos efetuados por contribuintes do ICMS e do ISS (Novo Rito Especial);
- utilizar as operadoras de cartão de crédito / débito como agentes arrecadadores;
- elaborar proposta para adesão à REDESIM – Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios com a Receita Federal do Brasil;
- implementar sistema de gestão de dados e informações fiscais – Business Intelligence;
- revisar as multas por descumprimento da obrigação tributária, de forma a redefinir condutas infracionais e prever sanções correspondentes;
- integrar o sistema de acompanhamento dos processos do contencioso administrativo fiscal com os demais sistemas corporativos, em especial com o módulo ação fiscal visando propiciar histórico das autuações e decisões de primeira instância; e
- prover a programação fiscal de material produzido em sede de consulta relativa a dúvidas sobre a legislação tributária, tendente a identificar possíveis práticas ilícitas dos sujeitos passivos consulentes.

META 5 ⇒ REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

33. A meta 5 do Programa é alcançar os seguintes compromissos:

- a. manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
- b. manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes das Secretarias da Fazenda, conforme Decreto nº 33.370/2011 (define a nova estrutura da Secretaria de Estado de Fazenda);
- c. manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), na Caixa Econômica Federal, de acordo com os normativos vigentes;
- d. encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas;
- e. limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 43,22% em 2012, 42,29% em 2013 e 42,63% em 2014, conforme o Anexo I;
- f. divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e
- g. manter estrutura técnico-institucional na Secretaria de Estado de Fazenda com o fim de elaborar planejamento estratégico e implementar medidas que possibilitem:
 - I - a adaptação da contabilidade pública distrital aos requerimentos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; e
 - II - a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

META 6 ⇒ DESPESAS DE INVESTIMENTOS

DESPESAS DE INVESTIMENTOS // RECEITA LÍQUIDA REAL EM %		
2012	2013	2014
14,02%	18,85%	20,88%

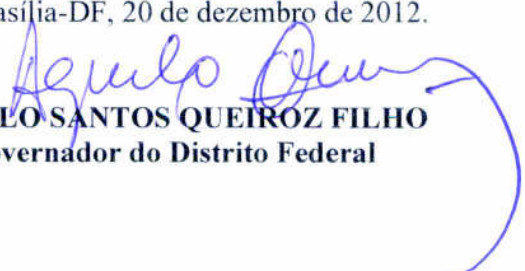
34. A meta 6 do Programa consiste em limitar as despesas de investimentos e inversões aos percentuais da RLR indicados acima.
35. Em caso de eventual frustração das fontes de financiamento, o Distrito Federal buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.



4. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS

36. Durante a vigência do Contrato, o Programa será elaborado para o período de três anos e terá caráter rotativo, devendo o Distrito Federal manter interlocução com a STN por meio de, entre outros:
 - a. missões técnicas da STN; e
 - b. remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET.
37. A avaliação do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente. Até o dia 31 de maio de cada ano, o Distrito Federal encaminhará à STN Relatório do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como das ações executadas. Após essa data, havendo indícios do descumprimento das metas 1 ou 2 do Programa, o Distrito Federal terá sua adimplência suspensa em relação às metas e aos compromissos do Programa.
38. Em 2013, o Distrito Federal poderá manifestar interesse em não revisar o Programa. Caso a opção seja pela revisão, deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2013-2015, devendo-se iniciar as negociações pertinentes entre as partes. Se até 31 de outubro não for concluída a revisão do Programa, entende-se que há plena concordância das partes com a manutenção do Programa vigente.
39. Em 2014, o Distrito Federal deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2014-2016. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Distrito Federal. O Distrito Federal entende que a não revisão do Programa em 2014 equivale ao descumprimento de seis metas, implicando apenamento nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
40. O Distrito Federal entende que o não cumprimento das metas e compromissos o sujeitará às sanções previstas na cláusula vigésima sexta, incluída no Contrato pela cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato, firmado sob a égide da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
41. O Distrito Federal autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
42. Este é o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal que o Governador do Distrito Federal subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/97. O comprometimento com as metas e compromissos considerados neste Programa não desobriga o Distrito Federal de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

Brasília-DF, 20 de dezembro de 2012.


AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO
Governador do Distrito Federal

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO I - PLANILHA GERENCIAL

ESTADO: DISTRITO FEDERAL

2009 A 2011: REALIZADO

2012 A 2014: PROJETADO

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES						% RECEITA LÍQUIDA REAL					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2009	2010	2011	2012	2013	2014
I - RECEITA BRUTA	9.845	10.703	12.072	13.496	15.354	16.472	115,56	112,36	113,49	116,06	115,25	115,23
Receitas de Transferências	2.831	2.884	3.423	4.070	4.497	4.938	33,23	30,28	32,18	35,00	33,76	34,54
FPE	312	337	415	447	498	551	3,67	3,53	3,90	3,84	3,73	3,86
Outras	2.519	2.548	3.008	3.623	3.999	4.387	29,56	26,74	28,28	31,16	30,02	30,69
Receitas de Arrecadação Própria	7.014	7.819	8.649	9.426	10.857	11.534	82,33	82,08	81,31	81,07	81,50	80,68
ICMS	4.133	4.687	5.230	5.736	6.616	7.302	48,52	49,20	49,17	49,33	49,66	51,08
Outras	2.880	3.132	3.419	3.690	4.241	4.232	33,81	32,88	32,14	31,73	31,83	29,60
II - DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)	9.845	10.703	12.072	13.496	15.354	16.472	115,56	112,36	113,49	116,06	115,25	115,23
IV - DESPESA NÃO FINANCEIRA	10.420	10.573	12.018	13.953	16.393	17.926	122,32	110,99	112,98	120,00	123,05	125,40
Pessoal	4.702	5.289	6.388	7.047	7.972	8.560	55,20	55,52	60,05	60,60	59,84	59,88
Executivo (Adm Direta)	3.569	3.959	4.788	5.415	6.063	6.490	41,90	41,56	45,01	46,57	45,51	45,40
Executivo (Adm Indireta)	491	559	628	674	837	904	5,76	5,86	5,90	5,80	6,29	6,32
Demais Poderes	279	305	325	349	406	441	3,28	3,20	3,05	3,00	3,05	3,08
Inativos e Pensionistas	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	363	466	647	609	665	725	4,26	4,89	6,09	5,23	4,99	5,07
OCC	5.718	5.285	5.630	6.906	8.420	9.366	67,12	55,48	52,93	59,39	63,20	65,52
Investimentos	1.383	977	908	1.036	2.245	2.704	16,23	10,25	8,54	8,91	16,85	18,91
Inversões	121	120	193	594	266	282	1,42	1,26	1,82	5,10	2,00	1,97
Outras Despesas Correntes	4.096	4.006	4.295	5.025	5.635	6.094	48,08	42,05	40,38	43,22	42,29	42,63
Sentenças Judiciais	119	183	234	251	275	287	1,40	1,92	2,20	2,16	2,06	2,01
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	(576)	130	54	(457)	(1.038)	(1.454)	(6,76)	1,37	0,51	(3,93)	(7,79)	(10,17)
VI - Juros da dívida (líquido devido)	(58)	(91)	(107)	(100)	(59)	1	(0,68)	(0,96)	(1,01)	(0,86)	(0,44)	0,01
Intralimite	70	70	73	72	72	72	0,82	0,73	0,68	0,62	0,54	0,50
Extralimite (deduzidas de Rec Financeiras)	(128)	(161)	(180)	(172)	(132)	(71)	(1,50)	(1,69)	(1,69)	(1,48)	(0,99)	(0,50)
VII - Necessidade Financiamento Líquida (-V + VI)	517	(221)	(162)	357	979	1.455	6,07	(2,32)	(1,52)	3,07	7,35	10,18
VIII - Amortizações de Dívida	124	130	143	161	182	248	1,46	1,37	1,35	1,39	1,36	1,74
Intralimite	41	42	46	51	57	62	0,48	0,44	0,43	0,44	0,43	0,43
Extralimite	84	89	97	110	125	186	0,98	0,93	0,92	0,94	0,94	1,30
Conta gráfica	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financ Saneamento Bancos Estaduais	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Amortizações	84	89	97	110	125	186	0,98	0,93	0,92	0,94	0,94	1,30
IX - Capitalização de Fundos Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
X - Nec Financ Bruta (VII + VIII + IX)	642	(91)	(18)	518	1.161	1.703	7,53	(0,95)	(0,17)	4,45	8,71	11,91
XI - Fontes de Financiamento	311	359	182	518	1.161	1.703	3,66	3,77	1,71	4,45	8,71	11,91
Alienação de Ativos deduz Aquis Titulos Crédito	37	67	28	18	0	0	0,43	0,71	0,27	0,16	0,00	0,00
Operações de Crédito	275	292	153	500	1.161	1.703	3,22	3,07	1,44	4,30	8,71	11,91
Internas	166	126	110	445	924	1.373	1,95	1,32	1,03	3,82	6,94	9,60
d/q Financ Saneam Bcos Estaduais	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Externas	109	167	43	55	237	331	1,27	1,75	0,41	0,47	1,78	2,31
XII - Atrasos/Deficiência (X - XI)	330	(450)	(200)	(0)	(0)	(0)	3,88	(4,73)	(1,88)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
Serviço da Dívida Total (Bruto)	254	268	290	284	366	504	2,98	2,81	2,72	2,44	2,75	3,53
Receitas Financeiras	188	229	254	224	244	255	2,20	2,40	2,39	1,92	1,83	1,78
Serviço da Dívida Total (Líquido de Rec Financeiras)	66	39	36	61	122	249	0,78	0,41	0,34	0,52	0,92	1,74
Serviço da Dívida Intralimite	110	111	118	123	129	134	1,29	1,17	1,11	1,06	0,97	0,94
Serviço da Dívida Extralimite	(44)	(72)	(82)	(63)	(7)	115	(0,52)	(0,76)	(0,78)	(0,54)	(0,05)	0,81
Receita Líquida Real-RLR	8.519	9.526	10.638	11.628	13.322	14.295						
Receita Corrente Líquida (Fonte Tesouro)	9.632	10.794	12.038	13.117	14.962	16.062						
Despesa com Pessoal / RCL (Fonte Tesouro) %	48,82	48,99	53,06	53,72	53,28	53,29						
Despesa com Transf a Municípios / ICMS %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Inversões e Sentenças Judiciais / RLR %	2,81	3,17	4,01	7,27	4,06	3,98						
Resultado Primário/PIB %	(0,02)	0,00	0,00	(0,01)	(0,02)	(0,03)						
Serviço da Dívida Total (Bruto)/PIB %	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01						
Serviço da Dívida Total - Operações de Crédito/PIB %	(0,00)	(0,00)	0,00	(0,00)	(0,02)	(0,02)						
Serviço da Div. Total - Op. Crédito + Alienação /PIB %	(0,00)	(0,00)	0,00	(0,01)	(0,02)	(0,02)						

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: DISTRITO FEDERAL

2009 A 2011: REALIZADO

2012 A 2014: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DETALHAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 RECEITA	10.343,7	11.291,6	12.507,6	14.237,5	16.758,8	18.430,3
2 RECEITA CORRENTE	9.631,6	10.794,3	12.037,6	13.117,4	14.962,2	16.062,5
3 RECEITA TRIBUTÁRIA	6.105,1	6.849,0	7.623,7	8.324,5	9.492,6	10.299,6
4 IMPOSTOS	5.991,3	6.723,5	7.487,8	8.174,6	9.335,2	10.127,8
5 IPVA	535,9	537,2	622,8	552,7	593,2	610,4
6 ICMS	4.133,4	4.686,7	5.230,1	5.736,3	6.616,3	7.302,1
7 ITCMD	25,6	33,2	38,6	60,7	81,4	55,3
8 IPTU	364,8	400,0	446,2	586,8	615,8	646,8
9 ISS	759,2	856,5	941,3	989,9	1.128,9	1.185,9
10 Outros Impostos	172,4	209,9	208,7	248,2	299,6	327,4
11 TAXAS	113,9	125,6	135,9	149,9	157,4	171,7
12 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	105,6	83,6	114,2	150,3	158,7	165,9
14 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,0	(0,0)	0,0	0,0	0,0	0,0
15 Contribuição dos Segurados e Compensação do INSS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16 Outras Contribuições Sociais	0,0	(0,0)	0,0	0,0	0,0	0,0
17 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	105,6	83,6	114,2	150,3	158,7	165,9
18 RECEITA PATRIMONIAL	285,3	324,2	323,7	258,0	280,2	292,8
19 Receitas Financeiras	187,7	228,8	253,7	223,7	244,0	254,9
20 Outras Receitas Patrimoniais	97,6	95,3	70,0	34,3	36,3	37,9
21 OUTRAS RECEITAS	230,1	291,6	307,3	354,7	374,6	391,5
22 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.495,9	2.759,1	3.139,9	3.481,0	3.875,2	4.288,5
23 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.401,8	2.704,7	3.083,4	3.418,9	3.809,6	4.219,9
24 Transferências da União	2.401,8	2.704,7	3.083,4	3.418,9	3.809,6	4.219,9
25 Participação na Receita da União	1.616,7	1.871,2	2.193,6	2.458,2	2.739,2	3.034,2
26 Cota Parte do FPE	312,4	336,7	414,7	446,5	497,5	551,1
27 IRRF	1.287,4	1.503,9	1.742,8	1.981,5	2.208,0	2.445,8
28 Cota Parte do ITR	0,4	0,4	0,6	0,6	0,7	0,7
29 Cota Parte do IPI	2,8	4,8	5,6	3,9	4,3	4,8
30 Cota Parte da Intervenção no Domínio Econômico	13,7	25,4	29,9	25,7	28,6	31,7
31 Cota Parte sobre Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32 Outras Transferências da União	785,1	833,6	889,8	960,7	1.070,5	1.185,8
33 Transferência Financeira LC 87/96	15,8	15,8	15,8	15,8	17,6	19,5
34 Compensação Financ pela Exploração de Recursos Naturais	2,6	2,5	2,8	3,4	3,8	4,2
35 d/q Cota Parte Royalties e FEP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
36 Transferências do FNDE	182,7	199,9	223,6	257,4	286,8	317,7
37 Transferências do FNAS	6,0	6,4	6,8	11,3	12,6	13,9
38 Complementação da União ao FUNDEF/FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
39 Ganho líquido do FUNDEF/FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
40 Transferências de Recursos do SUS – Fundo a Fundo	491,5	511,2	527,2	555,0	618,4	685,0
41 Transferência Constitucional ao DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
42 Outras	86,5	97,8	113,7	117,8	131,3	145,4
43 Outras Transferências Intergovernamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
44 TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS	82,4	40,1	38,3	39,8	42,0	43,9
45 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	11,7	14,3	18,2	22,3	23,6	24,6
46 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	409,7	486,8	528,9	549,0	780,7	624,2
47 MULTAS E JUROS DE MORA	183,1	226,2	254,2	254,6	274,2	295,1
48 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16,5	20,4	15,3	24,7	26,1	27,3
49 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	94,3	138,1	181,4	196,1	402,7	220,6
50 RECEITAS DIVERSAS	115,8	102,1	77,9	73,6	77,7	81,2
51 RECEITA DE CAPITAL	712,1	497,3	470,0	1.120,1	1.796,6	2.367,8
52 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	274,5	292,0	153,2	499,6	1.160,6	1.703,2
53 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	166,0	125,5	109,9	444,7	924,1	1.372,6
54 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA	108,6	166,5	43,3	54,9	236,5	330,7
55 ALIENAÇÃO DE BENS	37,0	67,4	28,4	18,4	0,0	0,0
56 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	65,6	12,8	5,4	13,4	14,2	14,8
57 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	335,1	125,1	283,0	588,7	621,8	649,8
58 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
59 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	335,1	125,1	283,0	588,7	621,8	649,8
60 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
61 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: DISTRITO FEDERAL

2009 A 2011: REALIZADO

2012 A 2014: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DETALHAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
62 DESPESA	10.674,1	10.841,3	12.307,6	14.237,5	16.758,8	18.430,2
63 DESPESA CORRENTE	9.046,3	9.614,6	11.063,1	12.446,6	14.066,2	15.196,6
64 PESSOAL E ENCARGOS	4.929,7	5.682,3	6.887,1	7.583,4	8.559,0	9.173,1
65 Transferências	1,6	1,8	1,9	2,1	2,3	2,5
66 Aplicações Diretas	4.928,1	5.680,4	6.885,1	7.581,3	8.556,8	9.170,6
67 Vencimentos e Vantagens Fixas	4.339,1	4.822,5	5.740,4	6.438,3	7.306,9	7.834,7
68 Poder Executivo	3.569,3	3.958,9	4.788,1	5.415,3	6.063,2	6.490,3
69 Demais Poderes	279,2	305,0	324,6	348,7	406,4	440,7
70 Adm. Indireta	490,7	558,7	627,7	674,3	837,4	903,7
71 Aposentadorias e Reformas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
72 Pensões	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
73 Obrigações Patronais	227,0	317,6	468,7	401,6	439,2	478,7
74 Sentenças Judiciais	117,2	177,9	230,2	247,3	270,4	282,6
75 Despesas de Exercícios Anteriores	57,1	148,9	204,5	219,6	240,2	251,0
76 Indenizações Restituições Trabalhistas	53,1	66,9	64,8	69,6	76,1	79,5
77 Outras	134,6	146,5	176,7	204,8	224,0	244,1
78 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	129,4	137,8	146,5	123,3	184,7	256,0
79 d/q Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
80 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.987,2	3.794,6	4.029,6	4.739,9	5.322,5	5.767,6
81 Transferências à União	1,6	1,9	1,8	2,2	2,3	2,4
82 Transferências a Municípios	8,2	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0
83 Distribuição de Receitas(Constitucional)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
84 Outras	8,2	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0
85 Perda Líquida FUNDEF/FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
86 Outras Transferências	198,9	281,8	164,6	186,0	196,4	205,3
87 Aplicações Diretas	3.778,4	3.506,8	3.863,1	4.551,7	5.123,7	5.559,9
88 Material de Consumo	600,3	444,2	398,3	477,7	662,8	823,7
89 Outros Serviços de Terceiros	2.295,7	2.068,2	2.190,4	2.626,6	2.932,2	3.138,6
90 Locação de Mão-de-Obra	120,7	257,6	349,1	396,4	418,7	437,6
91 Sentenças Judiciais	1,6	4,6	3,5	4,0	4,2	4,4
92 Despesas de Exercícios Anteriores	119,6	12,2	70,6	80,2	84,7	88,5
93 Outras	640,6	720,0	851,3	966,8	1.021,1	1.067,1
94 DESPESAS DE CAPITAL	1.627,9	1.226,7	1.244,4	1.791,0	2.692,6	3.233,6
95 INVESTIMENTOS	1.382,6	976,7	908,1	1.036,3	2.244,8	2.703,6
96 Transf. à União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
97 Transf. a Estados e DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
98 Transf. a Municípios	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
99 Contribuições(Constitucionais)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
100 Outras	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
101 Outras transferências	15,0	3,1	11,5	16,3	17,2	18,0
102 Aplicações Diretas	1.359,3	973,6	896,5	1.020,0	2.227,6	2.685,6
103 Obras e Instalações	1.052,3	648,5	595,7	916,0	1.628,4	1.840,5
104 Equipamentos e Material Permanente	262,8	290,7	217,0	90,2	503,7	745,3
105 Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
106 Outras	44,2	34,4	83,9	13,9	95,5	99,8
107 INVERSÕES	120,7	119,6	193,2	593,6	266,2	281,8
108 Transferências	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
109 Aplicações Diretas	120,7	119,6	193,2	593,6	266,2	281,8
110 Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
111 Aquisição de Imóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
112 Aquisição de Títulos de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
113 Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	7,2	2,7	23,0	370,0	30,0	35,0
114 Concessão de Empréstimos e Financiamentos	113,5	116,9	170,2	223,6	236,2	246,8
115 Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
116 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	124,5	130,3	143,2	161,0	181,6	248,2
117 d/q Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: DISTRITO FEDERAL

2009 A 2011: REALIZADO

2012 A 2014: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DETALHAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
118 RLR	8.519,0	9.526,1	10.637,5	11.627,9	13.322,1	14.295,4
119 Desp_SAN_SIST_FIN_BANCOS_excluída_da_Desp_Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
120 SAN_DO_SIST_FINANC_BANCOS_Operação_de_Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
121 CAPITALIZAÇÃO_DO_FAP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
122 FAP_EXTRAORÇAMENTÁRIO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
123 PESSOAL_Adm. Indireta	490,7	558,7	627,7	674,3	837,4	903,7
124 PESSOAL_Poderes	279,2	305,0	324,6	348,7	406,4	440,7
125 PESSOAL_Legislativo	279,2	305,0	324,6	348,7	406,4	440,7
126 PESSOAL_Judiciário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
127 Déficit Previdenciário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
128 Transferencia Constitucional aos Municípios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
129 Transf Volunt p/ atender Desp Capital (ñ lançadas em Convênios) (RLR)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
130 Fundo de Combate a Pobreza - ICMS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
131 Fundo de Combate a Pobreza - Doações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
132 Fundo de Combate a Pobreza - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
133 Recurso da Gestão Plena de Saúde (a ser excluído da RLR)	491,9	506,8	533,7	554,7	585,9	612,3
134 Recurso Receitas acessórias p/ o FUNDEF/FUNDEB (excluir da RLR)	15,5	16,5	20,5	21,3	22,5	23,6

19/12/2012 14:46

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA REAL (LEI Nº 9496/97)

ESTADO: DISTRITO FEDERAL

2009 A 2011: REALIZADO

2012 A 2014: PROJETADO

Acompanhamento		R\$ MILHÕES				
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA REALIZADA	10.344	11.292	12.508	14.238	16.759	18.430
(-) ART. 5º DA LEI 10.195/01	530	597	674	736	845	931
RECEITA REALIZADA LÍQUIDA	9.814	10.694	11.834	13.501	15.914	17.499
(-) RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	275	292	153	500	1.161	1.703
(-) RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	37	67	28	18	0	0
(-) RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS OU DE DOAÇÕES COM O FIM ESPECÍFICO DE ATENDER DESPESAS DE CAPITAL	335	125	283	589	622	650
(-) DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS POR PARTICIPAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0	0	0	0	0	0
(-) GESTÃO PLENA DE SAÚDE	492	507	534	555	586	612
No cálculo do Fundef para a RLR só foram considerados receitas do Estado						
(+) (ICMS*0,15*0,75) (IPI*0,15*0,75), no ajuste estão considerados as receitas do município - NÃO TIRA OS 25%	(156)	(177)	(198)	(212)	(224)	(238)
(+) Ajustes_2	0	0	0	0	0	0
(+) Ajustes_3	0	0	0	0	0	0
(+) Ajustes_4	0	0	0	0	0	0
RECEITA LÍQUIDA REAL (PREÇOS CORRENTES)	8.519	9.526	10.638	11.628	13.322	14.295
RECEITA LÍQUIDA REAL (PREÇOS DE DEZEMBRO DE 2011*)			10.803	11.366	12.329	12.660

PARA CADA EXERCÍCIO, A RECEITA LÍQUIDA REAL REFERE-SE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO

*DEFLACIONAMENTO PELO IGP-DI

19/12/12 14:46

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

DISTRITO FEDERAL

2011 - REALIZADO

2012 A 2014: PROJEÇÕES

R\$ 1,00 DE DEZEMBRO DE 2011

ACOMPANHAMENTO

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014
1 DÍVIDA FUNDADA TOTAL (1.1 + 1.2)	2.542.054.727	2.872.974.339	3.779.038.360	5.067.647.910
1.1 ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA (1.1.1 + 1.1.2)	2.370.818.969	2.723.678.710	3.650.403.510	4.959.974.227
1.1.1 CONTRATUAL	2.370.818.969	2.723.678.710	3.650.403.510	4.959.974.227
Interna	1.761.934.179	2.097.226.712	2.857.470.431	3.947.443.321
DÍVIDAS COM A UNIÃO	1.761.934.179	2.097.226.712	2.857.470.431	3.947.443.321
BIB	0	0	0	0
BEA	0	0	0	0
Clube de Paris	0	0	0	0
DMLP	0	0	0	0
Lei nº 7976/89	0	0	0	0
Parcelamento FGTS até 31.03.1996	0	0	0	0
Parcelamento FGTS após 31.03.1996	0	0	0	0
Parcelamento INSS até 01.12.1992	0	0	0	0
Parcelamento INSS após 01.12.1992	4.093.155	479.810	0	0
Lei nº 8727/93	0	0	0	0
Lei 8.727/93 GOVERNO IGPM	0	0	0	0
Lei 8.727/93 GOVERNO TJLP	0	0	0	0
Lei 8.727/93 GOVERNO TR	0	0	0	0
Lei 8.727/93 Outros	0	0	0	0
Lei nº 9496/97	1.149.644.065	1.111.612.428	1.071.235.083	1.028.367.351
Principal	1.149.644.065	1.111.612.428	1.071.235.083	1.028.367.351
PROES Extralimite	0	0	0	0
Conta Gráfica Estoque	0	0	0	0
PROES Intralimite	0	0	0	0
Precatórios	0	0	0	0
CEF	298.644.679	680.738.984	1.183.988.430	1.926.097.885
Parcelamento PIS/PASEP	0	0	0	0
Banco do Brasil	13.921	0	108.092.523	216.185.046
BNDES	301.502.843	292.394.976	467.059.885	738.541.531
Outros Bancos Federais	0	0	0	0
Demais dívidas com a União	8.035.516	12.000.513	27.094.510	38.251.507
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0	0	0	0
com Bancos Estaduais	0	0	0	0
com Bancos Privados	0	0	0	0
Demais	0	0	0	0
Externa	608.884.790	626.451.999	792.933.079	1.012.530.906
Sem Aval do Tesouro Nacional	0	0	0	0
Com Aval do Tesouro Nacional até 30.09.1991	36.263.961	24.175.974	12.087.987	0
Com Aval do Tesouro Nacional após 30.09.1991	572.620.829	602.276.024	780.845.092	1.012.530.906
1.1.2 MOBILIÁRIA	0	0	0	0
1.2 ADM INDIRETA - CUSTEADA (FONTE TESOURO)	171.235.758	149.295.629	128.634.850	107.673.684
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM EXECUÇÃO (destaque)	0	813.406.208	1.209.104.419	1.362.825.891
Internas	0	483.000.752	719.537.094	900.522.800
Externas	0	330.405.457	489.567.325	462.303.091
2 SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR (destaque)	0	398.157.095	1.016.575.065	2.262.283.596
Internas	0	396.140.179	973.031.570	1.937.670.675
Externas	0	2.016.916	43.543.495	324.612.921
3 DÍVIDA FINANCEIRA				
Exclusive Operações de Crédito A Contratar (1- 2)	2.542.054.727	2.474.817.244	2.762.463.295	2.805.364.314
Inclusive Operações de Crédito A Contratar (1)	2.542.054.727	2.872.974.339	3.779.038.360	5.067.647.910
4 RECEITA LÍQUIDA REAL CORRIGIDA	10.803.028.214	11.365.737.238	12.328.977.785	12.659.957.681
5 RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR CORRIGIDA				
Exclusive Operações de Crédito A Contratar	0,24	0,22	0,22	0,22
Inclusive Operações de Crédito A Contratar	0,24	0,25	0,31	0,40

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DISCRIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Estado: DF
 Em R\$ Mil de 31/12/2011

Classifi- cação	Contrato	Entidade Financeira	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
1.1.2	AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE - VLT	BNDÉS			32.400	32.400	43.200		108.000
1.1.2	BRASILIA SUSTENTÁVEL II	BID			35.000	80.000	47.000	25.000	187.000
1.1.2	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSP COLETIVO EIXO SUL	CAF		16.655	49.965	99.930			166.550
1.1.2	PRODIAÇÃO - PROG DESENVOLV ECONÔMICO DF - ADES	BID	2.017	12.942	23.704	31.118	24.009		93.790
1.1.2	PRODEFAZ / PROFISCO	BID		11.929	15.000	20.000	13.092		60.021
1.1.2	PRODETUR	BID			20.000	20.000	15.000	5.000	60.000
1.1.2	PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO II	BID			80.000	113.000	99.863	27.000	319.863
1.1.2	PROGRAMA RURAL	BID			25.000	17.000	15.000	15.000	72.000
1.1.3	PROG GESTÃO DAS ÁGUAS E DREN URBANA - AGUAS DO DF	CAF	298	110.490					110.788
1.1.3	PROG DE MODERN DA GESTÃO PÚBLICA DO DF (SWAPP)	BIRD	47.989						47.989
1.1.3	PROGRAMA DE TRANSPORTES URBANOS DO DF	BID	3.400	66.892	11.777				82.069
1.2.2	OBRAS MELHORIAS SIST VIÁRIO EQUIP URB - EIXO NORTE	BNDÉS		100.000	100.000	100.000	120.000		420.000
1.2.2	PEF II (METRÔ E TERMINAIS DE ÔNIBUS)	BNDÉS	32.099	9.313					41.412
1.2.2	PROG FINANC CONTRAP DO PAC - CPAC - PARANÓIA PARQUE	CAIXA		25.949	9.325	9.726			45.000
1.2.2	PROG FINANC CONTRAP DO PAC - CPAC - VÁRIOS EMP	CAIXA			97.089	242.723	145.634		485.445
1.2.2	PROG REABILITAÇÃO URBAN VIAS DF - 1ª FASE	B. BRASIL		108.093	108.093	108.125			324.310
1.2.2	PROINVEST - EIXO NORTE	BNDÉS		93.346	186.691	31.115			311.152
1.2.2	PROJ DE OBRAS / INVEST NO SISTEMA ELÉTRICO DA CEB	CAIXA	300.000						300.000
1.2.2	REFORMA DO TEATRO NACIONAL	BNDÉS			25.000	25.000			50.000
1.2.2	SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - EIXO OESTE	CAIXA		51.748	155.243	155.243	155.243		517.477
1.2.2	SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - EIXO SUL	CAIXA	64.344	193.031	304.148				561.523
1.2.3	AMPLIAÇÃO DA DF047 E OBRA DE ARTE ESPECIAL	CAIXA		45.000	14.000		39.000		98.000
1.2.3	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E TRENS DO METRO - DF	BNDÉS		766					766
1.2.3	IMPL. TRECHO I SIST. VLT AEROP/TERM E AMPL. ROD DF	CAIXA		63.000	50.000	50.000	100.000		263.000
1.2.3	IMPLANT DO SIST DE ABAST DE ÁGUA DE ÁGUAS LINDAS	CAIXA		23.145	23.548				46.693
1.2.3	IMPLANT DO SIST DE ABAST DE ESGOTAM ÁGUAS LINDAS	CAIXA	3.029	19.263	14.193	9.182	4.190		49.857
1.2.3	IMPLANTAÇÃO DE SIST PROD DE ÁGUA DO CORUMBÁ SUL 1	CAIXA	962	33.000	28.801				62.763
1.2.3	IMPLANTAÇÃO DE SIST PROD DE ÁGUA DO CORUMBÁ SUL 2	CAIXA	4.107	3.822					7.929
1.2.3	INFRA-ESTRUT E SANEAMENTO BÁSICO - PRO MORADIA	CAIXA	8.500	7.882	5.600				21.982
1.2.3	PNAFM	CAIXA	5.426	16.555	12.618				34.599
1.2.3	PRO-MORADIA II - ARAPOANGA	CAIXA	8.794	6.199	9.883				24.876
1.2.3	PRO-MORADIA II - MESTRE D'ARMAS	CAIXA	1.500	7.200	9.811				18.511
1.2.3	PRO-MORADIA II - SOL NASCENTE	CAIXA	5.871	47.900	61.500	61.500	31.059		207.830
	Total		488.336	1.074.120	1.508.389	1.206.061	852.290	72.000	5.201.196

Classificação (3 dígitos) F O S

T - Trilidade

1 - Tesouro Estadual

2 - Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelo Tesouro Estadual

3 - Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelas mesmas

O - Origem do Crédito

1 - Externo

2 - Interno

S - Situação

1 - A contratar, enquadrada na regra de exceção prevista no § 6º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01

2 - A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 6º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01

3 - Enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 262/01, com redação dada pela Resolução nº 4.133/12, ambas do CMN

3 - Em execução

4 - A contratar, não enquadrada nas regras de exceção acima referidas.

24/10/2012 17:56



PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
MONTANTES TOTAIS

Estado: DF
Em R\$ Mil de 31/12/2011

CLASSIFI- CAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
	TOTAL	488.336	1.074.120	1.508.389	1.206.061	852.290	72.000	5.201.196
1.X.X	Tesouro Estadual	488.336	1.074.120	1.508.389	1.206.061	852.290	72.000	5.201.196
2.X.X	Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelo Tesouro Estadual							
3.X.X	Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelas mesmas							
X.1.X	Externas	53.704	218.909	292.846	413.448	257.164	72.000	1.308.070
X.2.X	Internas	434.632	855.211	1.215.543	792.614	595.126		3.893.125
X.X.0	A contratar, enquadrada na regra de exceção prevista no § 7º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01.							
X.X.1	Operações de Crédito, A Contratar, enquadrada na excepcionalidade prevista no § 8º do art. 7º da resolução SF nº 43/01							
X.X.2	- A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.133/12, ambas do CMN.	398.460	623.006	1.266.658	1.085.379	678.041	72.000	4.123.544
X.X.3	Operações de Crédito em Execução	89.876	451.114	241.731	120.682	174.249		1.077.652
X.X.4	A Contratar, não enquadrada nas exceções previstas no § 8º do art. 7º da Resolução SF nº 43/01 e no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01 com redação dada pela Resolução nº 4.133/12 ambas do CMN.							
1.1.2	Tesouro Estadual, Externas, - A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.133/12, ambas do CMN.	2.017	41.527	281.069	413.448	257.164	72.000	1.067.224
1.1.3	Tesouro Estadual, Externas, Operações de Crédito em Execução	51.687	177.382	11.777				240.846
1.2.2	Tesouro Estadual, Internas, - A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.133/12, ambas do CMN.	396.443	581.479	985.589	671.932	420.877		3.056.319
1.2.3	Tesouro Estadual, Internas, Operações de Crédito em Execução	38.189	273.732	229.954	120.682	174.249		836.806

24/10/2012 17:56

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ESTIMATIVA DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Estado DF
Em R\$ 1,00 de 31/12/2011

CLASSIFICAÇÃO	CONTRATO	INSTIT. FINANC.	TOTAL DE LIBERAÇÕES	TAXA	JUROS PERIODICIDADE	DATA JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	PRAZOS		
								CARÊNCIA	AMORTIZAÇÃO	TOTAL PERIODICIDADE
1.1.2	AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE - VLT	BNDDES	108.000.000	TJLP_aa + 2 a.a	trimestral	1/1/2014	apenas valor	9	133	142
1.1.2	BRASILIA SUSTENTÁVEL II	BID	187.000.000	IBOR 6m_aa + 1,15 a.a	mensal	1/8/2015	apenas valor	8	39	47
1.1.2	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSP COLETIVO EIXO SUL	CAF	166.550.000	LIBOR 6m_aa + 2,4 a.a	semestral	1/10/2014	apenas valor	10	39	49
1.2.2	OBRAS MELHORIAS SIST VIÁRIO EQUIP URB - EIXO NORTE	BNDDES	420.000.000	TJLP_aa + 2 a.a	trimestral	1/1/2012	apenas valor	21	117	138
1.2.2	PEF II (METRÔ E TERMINAIS DE ÔNIBUS)	BNDDES	41.412.396	1,1 a.a	trimestral	1/8/2015	apenas valor	21	106	127
1.1.2	PROCIDADES - PROG DESENVOLV ECONÔMICO DF - ADES	BID	93.789.998	IBOR 3m_aa + 0,95 a.a	semestral	1/12/2012	apenas valor	8	37	45
1.1.2	PRODEFAP / PROFISCO	BID	60.021.482	LIBOR 3m_aa + 0,3 a.a	semestral	1/6/2013	apenas valor	8	33	41
1.1.2	PRODETUR	BID	60.000.000	LIBOR 3m_aa + 0,3 a.a	semestral	1/3/2014	apenas valor	8	37	45
1.2.2	PROG FINANC CONTRAP DO PAC - CPAC - PARANÓIA PARQUE	CAIXA	44.999.700	TJLP_aa + 3,4 a.a	mensal	1/4/2013	apenas valor	24	97	121
1.2.2	PROG FINANC CONTRAP DO PAC - CPAC - VÁRIOS EMP	CAIXA	485.445.000	TJLP_aa + 3,4 a.a	mensal	1/4/2014	apenas valor	24	109	133
1.2.2	PROG REABILITAÇÃO URBANAS VIAS DF - 1ª FASE	B. BRASIL	324.310.000	IBOR 6m_aa + 3,85 a.a	semestral	1/1/2013	apenas valor	4	17	21
1.1.2	PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO II	BID	319.863.000	IBOR 6m_aa + 1,15 a.a	semestral	1/6/2014	apenas valor	8	37	45
1.1.2	PROGRAMA RURAL	BID	72.000.000	IBOR 6m_aa + 1,15 a.a	semestral	1/1/2014	apenas valor	8	37	45
1.2.2	PROINVEST - EIXO NORTE	BNDDES	311.152.000	TJLP_aa + 2 a.a	trimestral	1/11/2013	apenas valor	24	97	121
1.2.2	PROJ DE OBRAS / INVEST NO SISTEMA ELÉTRICO DA CEB	CAIXA	300.000.000	CDI_am + 2,2 a.a	trimestral	1/12/2012	apenas valor	24	183	207
1.2.2	REFORMA DO TEATRO NACIONAL	BNDDES	50.000.000	TJLP_aa + 2 a.a	trimestral	1/9/2014	apenas valor	24	133	157
1.2.2	SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - EIXO OESTE	CAIXA	517.477.000	6 a.a	mensal	1/11/2014	TR_am	60	231	291
1.2.2	SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - EIXO SUL	CAIXA	561.523.000	6 a.a	mensal	1/10/2012	TR_am	48	229	277

15/10/2012 16:27